



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

II Plano Nacional de Ação para Implementação da RCSNU 1325 (2014-2018)

Relatório intercalar de execução

2015

Março de 2016

ÍNDICE

Introdução	Página	3
Implementação das áreas estratégicas de intervenção	Página	5
Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa	Página	33
Siglas utilizadas	Página	35

Introdução

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2014, de 26 de agosto, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do II Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325 (2014-2018) - adiante designado de II PNA 1325.

O presente relatório pretende reportar, essencialmente, o trabalho realizado durante 2015, pelas várias entidades que integram o grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora, tendo por referência as cinco áreas estratégicas de intervenção e as respetivas medidas que as integram:

- Área Estratégica 1 – Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança (seis medidas);
- Área Estratégica 2 – Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança (cinco medidas);
- Área Estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal (nove medidas);
- Área Estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática «mulheres, paz e segurança», e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade (seis medidas);
- Área Estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014 -2018) (três medidas).

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do II PNA 1325, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas.

Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros, manteve-se em funcionamento o grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora do Plano, que integra representantes das seguintes instituições:

- a) Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE);

- b) Ministério da Defesa Nacional (MDN);
- c) Ministério da Administração Interna (MAI);
- d) Ministério da Justiça (MJ).

Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG, a partir dos contributos recebidos dos Ministérios supra referidos.

Durante o ano de 2015, o grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora do Plano reuniu três vezes, em fevereiro, em julho e em novembro.

Implementação das áreas estratégicas de intervenção

Área estratégica 1 - Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança

- **Medida 1 - Promover o aumento de mulheres nas forças armadas e forças de segurança.**

Esta medida pretende desenvolver campanhas junto de jovens para o reforço da participação de mulheres nas forças armadas e forças de segurança. Neste contexto, o Ministério da Defesa Nacional promoveu as seguintes ações:

- **Marinha**

Em 2015, foram realizadas 90 ações de divulgação junto de jovens.

- **Exército**

Durante o ano de 2015, o Exército efetuou 616 ações de divulgação, contra 636 em 2014. Foram contabilizadas 8.493 candidaturas ao Exército, das quais 1.954 eram do sexo feminino, representando 23% do total de candidatas. Em 2014, o número de candidatas/as foi bastante inferior, 4.758, sendo a percentagem de candidatas/as do sexo feminino de 16.7%. Verificou-se um aumento de 6.3% no número de candidatas, relativamente ao ano anterior.

- **Força Aérea**

No ano de 2015, o Centro de Recrutamento da Força Aérea efetuou 156 ações de divulgação por Unidades da Força Aérea, Centros de Emprego, Estabelecimentos de Ensino, Feiras de Emprego, Exposições, Festivais Aeronáuticos, entre outras.

Foram, ainda, efetuadas campanhas de divulgação na comunicação social, na Televisão (RTP1, RTP2, RTP Informação e RTP Memória), na Rádio (Antena1, Antena2 e Antena3), na Imprensa Nacional (Correio da Manhã, A Bola, O Especialista e a Revista Mais Alto) e na Internet (Bola Online, NetEmpregos e SapEmpregos).

- **Medida 2 – Promover o aumento da participação de mulheres em missões internacionais de construção e manutenção da paz e segurança, ajuda humanitária e gestão de crises.**

No Exército, as diretivas de aprontamento das Forças Nacionais Destacadas (FND) já exigem a nomeação de um oficial como *Gender Focal Point*. Além disso, é ministrada formação a militares sobre questões de igualdade de género.

A Força Aérea participou nas seguintes missões:

- “DESTACAMENTO C-295 1.ª ROTAÇÃO” – Mali (12 a 15 de janeiro de 2015), participaram 39 militares, dos quais 3 do sexo feminino (8%).
- “DESTACAMENTO C-295 2.ª ROTAÇÃO” – Mali (11 de fevereiro a 15 de março de 2015), participaram 38 militares, dos quais 2 do sexo feminino (5%).
- “DESTACAMENTO C-130 1.ª ROTAÇÃO” – Mali (15 de março a 15 de maio de 2015), participaram 42 militares, dos quais 4 do sexo feminino (10%).
- “DESTACAMENTO P-3C OPERAÇÃO JUNCTION RAIN” – Cabo Verde (13 A 20 de janeiro de 2015), participaram 24 militares, dos quais 3 do sexo feminino (13%).
- OPERAÇÃO ACTIVE ENDEAVOUR” – Mar Mediterrâneo (9 de abril de 2015), participaram 18 militares, dos quais 1 do sexo feminino (6%).
- “EXERCÍCIO SAHARAN EXPRESS 15” – Cabo Verde (18 a 28 de abril de 2015), participaram 24 militares, dos quais 1 do sexo feminino (4%).
- “DESTACAMENTO C-130 2.ª ROTAÇÃO” – Mali (14 de abril a 15 de maio de 2015), participaram 29 militares, dos quais 2 do sexo feminino (7%).

- OPERAÇÃO ACTIVE ENDEAVOUR” – Mar Mediterrâneo (21 de maio de 2015), participaram 15 militares, dos quais 1 do sexo feminino (7%).
- “CTM 2015” – São Tomé/Cabo Verde (24 de maio a 4 de junho de 2015), participaram 26 militares, dos quais 2 do sexo feminino (8%).
- “FALCON DEFENSE DESTACAMENTO F-16 1.ª ROTAÇÃO” – Roménia (4 de maio de 2015), participaram 87 militares, dos quais 3 do sexo feminino (3%).
- “FALCON DEFENSE DESTACAMENTO F-16 2.ª ROTAÇÃO” – Roménia (28 de maio de 2015), participaram 87 militares, dos quais 4 do sexo feminino (5%).
- “CTM COM ANGOLA” – Angola (23 de maio a 6 de junho de 2015), participou 1 Capitão Psicóloga.
- “FALCON DEFENSE DESTACAMENTO F-16 RETRAÇÃO” – Roménia (30 de junho de 2015), participaram 33 militares, dos quais 1 do sexo feminino (3%).
- “OPERAÇÃO ACTIVE ENDEAVOUR” – Mar Mediterrâneo (2 de julho de 2015), participaram 15 militares, dos quais 1 do sexo feminino (7%).
- “OPERAÇÃO ACTIVE ENDEAVOUR” – Mar Mediterrâneo (8 de outubro de 2015), participaram 16 militares, dos quais 1 do sexo feminino (6%).
- “OPERAÇÃO ACTIVE ENDEAVOUR” – Mar Mediterrâneo (24 de novembro de 2015), participaram 12 militares, dos quais 1 do sexo feminino (8%).
- “DESTACAMENTO FRONTEX 2015 – OPERAÇÃO TRITON” Itália-1.ª Rotação (28 de setembro a 14 de outubro de 2015), participaram 18 militares, dos quais 3 do sexo feminino (17%).
- “DESTACAMENTO FRONTEX 2015 – OPERAÇÃO TRITON” Itália-1.ª Rotação (14 de outubro a 1 de novembro de 2015), participaram 18 militares, dos quais 4 do sexo feminino (22%).
- “DESTACAMENTO FRONTEX 2015 – OPERAÇÃO TRITON” Itália-1.ª Rotação (16 de novembro a 1 de dezembro de 2015), participaram 18 militares, dos quais 2 do sexo feminino (11%).

Ao nível das Forças de Segurança (FS), foram publicados os diversos concursos internacionais, provenientes da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), mas nenhum se

traduziu na seleção de qualquer militar. As participações em missões internacionais contaram com 50% de mulheres.

- **Medida 3 - Divulgar regularmente os postos vagos em organismos internacionais, de forma a promover a nomeação de mulheres para o exercício de cargos, de decisão e outros, nos organismos internacionais de apoio à construção da paz e segurança**

O MNE publicita, com uma regularidade quase diária, diversas vagas em organizações internacionais, nomeadamente nas Nações Unidas (e agências subsidiárias), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e nas Missões Civis e Operações Militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, para cargos, de decisão e outros, de apoio à construção da paz e segurança, sendo dada prioridade a candidaturas do universo feminino.

Além disto, o MNE transmite periodicamente aos Ministérios da Defesa e da Administração Interna os concursos de recrutamento de oficiais militares e de segurança para as diversas operações de paz nas Nações Unidas.

Em 2015, foram pré-selecionadas diversas candidaturas para destacamentos nacionais em cargos da ONU e na OSCE, estando atualmente em funções:

- Uma oficial de segurança da GNR, no cargo de “Police Adviser”, na Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS – United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau);
- Entre 7 civis “Monitoring Officers” na Missão Especial de Monitorização da OSCE na Ucrânia, 5 são mulheres.

O MAI, através da PSP, publicitou 14 avisos, tendo recebido 6 candidaturas de mulheres e 23 de homens. Nenhuma candidatura foi escolhida.

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do MJ, procede à divulgação, numa base regular, de postos vagos em organismos internacionais. As vagas divulgadas têm como objetivo proporcionar um serviço útil ao agregar, num só local, avisos de concursos de organizações internacionais com relevo para a área da Justiça. São divulgadas vagas no regime de “contratação”, que permite obviar a

encargos por parte do serviço de origem, por oposição ao regime de “secondment”, que implica custos para as entidades proponentes e o seu aval expresso no momento da candidatura. São, nomeadamente, divulgadas vagas na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HccH), no Conselho da Europa (CdE), no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização Europeia de Patentes (OEP), na Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), no Tribunal Penal Internacional (TPI), no Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), na UNESCO e na União Europeia. (<http://www.dgpi.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/recrutamento>).

- **Medida 4 – Promover a nomeação de mulheres para missões de observação eleitoral da UE, OSCE e CPLP.**

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2015, Portugal participou em nove missões de observação eleitoral, organizadas pela EU, e duas pela OSCE/ODIHR.

Do universo total de 63 observadores portugueses propostos, 32 eram mulheres. Destas, 17 foram selecionadas e participaram efetivamente em missões de observação eleitoral da EU, realizadas na Nigéria (1), Guiné Conacri (4), Tanzânia (2), Birmânia (5) Burkina Faso (1+1) e Haiti (3).

De notar que estes dados dizem apenas respeito a observadores/as eleitorais, em cujo processo de seleção Portugal tem intervenção.

- **Medida 5 – Promover a integração das questões da igualdade de género e de todas as formas de violência contra as mulheres, raparigas e meninas, nas forças destacadas, incluindo em cenários de conflito, pós-conflito e missões internacionais de manutenção de paz e segurança.**

No Ministério da Defesa Nacional (MDN), o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) coordena as ações de formação, tendo em vista a formação de militares dos três Ramos das Forças

Armadas para a função de "Gender Advisors". Foi nomeada 1 Oficial Superior (MAJ) da Força Aérea para a frequência do curso "A Comprehensive Approach to Gender In Operations", em Madrid, de 15 a 19 de junho de 2015 (atividade em colaboração com a Força Aérea Portuguesa). Verificou-se a frequência, por Oficial Superior do EMGFA (TCOR), do Módulo 2, do II Curso de Formação em Igualdade do Género, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), bem como a frequência por três Oficiais Superiores (CTEN), do sexo masculino, do Curso "A Comprehensive Approach to Gender in Operations", na Holanda, de 30 de novembro a 4 de dezembro. Por fim, foi nomeada "Gender Adviser" a Major Diana Morais, em funções desde 1 de setembro de 2015.

- **Medida 6 - Garantir a existência de gabinetes de apoio psicológico para apoio ao pessoal e respetivas famílias antes, durante e após a participação em missões de paz e de cooperação técnico-militar.**

No EMGFA, foram atendidas as seguintes pessoas:

- 1º Semestre: 15 pessoas (14 homens, 1 mulher).
- 2º Semestre: 5 pessoas (5 homens, 0 mulheres).

Obs.: As consultas encontram-se concentradas no Hospital das Forças Armadas.

O Exército manteve atualizada, e em produtivo, a página na internet "Eu, Tu e Nós", do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), e as ações de monitorização e apoio psicológico às Forças nacionais destacadas, por parte do CPAE.

A Força Aérea tem garantido o apoio, através do Serviço de Ação Social, sempre que solicitado, às famílias de militares, que se encontrem a participar em missões de paz e de Cooperação Técnico-Militar (CTM). Através do Despacho n.º 04/03/A do CEMFA, de 20 de janeiro, foi criada uma linha verde de apoio às famílias dos militares em serviço exterior. O Serviço de Ação Social da Força Aérea tem uma lista atualizada, com os nomes dos familiares dos militares que integram missões internacionais. Durante o ano de 2015, não houve qualquer solicitação deste serviço.

No Centro de Psicologia e Intervenção Social (CPIS/GNR), foram atendidos/as 5 Homens e 0 Mulheres.

Área estratégica 2 - Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança

- **Medida 7 – Realizar ações de formação sobre igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas, incluindo violência sexual, violência de género e tráfico de seres humanos, para dirigentes e quadros técnicos da área da justiça, das forças armadas e forças de segurança.**

Ao nível de formação em violência doméstica, importa destacar as seguintes atividades desenvolvidas pela PSP:

- Em Fevereiro de 2015, foi aprovado o Curso Estratégico de Prevenção Policial e Proximidade, assim como o respetivo referencial. Este curso integra os módulos referidos anteriormente e é direcionado única e exclusivamente para dirigentes da PSP.
- Entre 4 e 15 de maio decorreu o Curso de Formação de Formadores MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade), direcionado para Oficiais e Chefes da PSP, que, por sua vez, irão replicar a formação recebida.
- Durante o ano de 2015, e relacionado com as temáticas referidas, foram ministradas ao efetivo da PSP, incluindo a dirigentes, as seguintes ações de formação:
 - RVD/violência doméstica, dirigido a 371 elementos;
 - Gestão de ocorrências, sobre as temáticas dos menores, violência doméstica, crimes sexuais, tráfico de seres humanos, fenómenos extremistas, comunidades minoritárias, dirigido a 232 elementos.

Foi desenvolvida, no âmbito do Plano de Formação Contínua 2015-2016, do CEJ, uma Ação de Formação Contínua Tipo A, relativa a Tráfico de Seres Humanos, tendo como destinatários Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público, advogados/as e outros/as profissionais, que decorreu no auditório do Montepio Geral, em Lisboa, no dia 04 de dezembro de 2015, com difusão via videoconferência para todo o País.

Sob a organização da EAPN Portugal - Rede Europeia Anti Pobreza, em parceria com o Tribunal da Relação do Porto, foi realizado um Colóquio sobre Tráfico de Seres Humanos para exploração da mendicidade forçada, organizado no dia 17 de junho de 2015, dirigido a magistrados/as judiciais, do Ministério Público, ONG e outros/as convidados/as.

Por parte do OTSH, foram dinamizadas diversas ações de formação. Assim, a convite da Escola da Guarda (GNR), foram efetuadas 3 Palestras em Queluz.

Decorreu, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares, uma palestra no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior (Lisboa).

Verificou-se uma apresentação na "2015 CEPOL European Police Research & Science Conference - Evidence-based policing: New perspectives of cooperation between practice, education and police science" (Lisboa).

A convite do SEF, o OTSH participou no Encontro Temático sobre TSH e Auxílio à Imigração Ilegal – Processo de Rabat (Porto).¹

A GNR, a PSP e o SEF têm mantido nos currículos formativos dos diversos cursos um módulo sobre TSH.

¹ Concorrendo indiretamente para a execução desta medida, importa referir que foi enviado, por parte do OTSH, material informativo para a GNR (3.044 cartões de sinalização, 44 Sistema de Referenciação Nacional e 140 brochuras da campanha nacional) (2014-2015) e para a PSP (293 kits de intervenção e 2.100 cartões de sinalização).

No que reporta ao SEF, passou a constar do Programa do VI Curso de Ingresso na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF um módulo específico dedicado ao TSH, sendo que a formação nesta área está agendada para os primeiros meses de 2016. Acresce que foram internamente ministradas ações de formação, especificamente destinadas aos Inspetores/as de fronteiras.

Foi proposto e aprovado um calendário para a realização de várias ações formativas subordinadas ao tema “Olhar Comum sobre a Criança”, asseguradas pela Unidade Anti-Tráfico de Pessoas (UATP) junto da PSP, GNR e junto dos inspetores do próprio SEF.

No âmbito da ERA – Academia Europeia de Direito, o SEF participou numa ação de formação promovida em Viena, dias 11 e 12 de junho de 2015, tendo sido responsável pela apresentação do tema “O papel da polícia na entrevista e apoio à vítima”, e atuando como dinamizador de um *workshop* sobre “Proteção de Vítimas”.

A PSP garantiu a realização de várias ações formativas ao longo do ano, nomeadamente:

- A formação de 40 polícias no âmbito do tema «Um olhar comum sobre a criança», ministrado pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR);
- Três oficiais participaram em formações da CEPOL (Academia Europeia de Polícia);
- O Tema TSH manteve-se integrado nas diversas unidades curriculares ministradas no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e na Escola Prática de Polícia.

A GNR garantiu igualmente a formação em TSH aos seus oficiais, sargentos e praças. O tema foi desde logo abordado nos diversos cursos, num total de 41 horas. Foram ainda proferidas seis palestras sobre o tema, integradas no plano de formação desses diversos cursos.

Destaca-se, neste âmbito, uma ação de formação sobre TSH, promovida pela “Associação Fernão Mendes Pinto”, que teve lugar no Centro de Formação da GNR na Figueira da Foz, destinada a 85 formandos/as, que frequentaram o Curso de Promoção de Sargento-ajudante.

No dia 4 de fevereiro de 2015, foi realizada nova formação no Centro de Formação da GNR na Figueira da Foz, destinada a 52 formandos/as que frequentam o Curso de Sargentos.

Por fim, refere-se ainda uma ação de formação sobre Tráfico de Seres Humanos para exploração sexual e laboral, dirigida a 30 formandos/as do 13.º Curso Fiscal, no Centro de Formação da GNR da Figueira da Foz.

Durante o ano de 2015, a Polícia Judiciária, no âmbito da formação inicial e posteriores ações de formação contínua dos seus quadros permanentes, promoveu módulos de formação relativos à investigação do crime de tráfico de seres humanos.

Foi realizado um Curso de Formação para 7 (sete) Coordenadores de Investigação Criminal, onde uma das matérias abordadas foi o Tráfico de Seres Humanos, com a duração de 3 (três) horas letivas.

Conforme previsto, decorreram os módulos de formação para diversos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), tendo como referencial de formação – “Olhar comum sobre a Criança – Compromisso (com sentido”, relativo ao TSH, com a participação, para além da Polícia Judiciária, da CNPCJR, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, do Instituto de Segurança Social, da Guarda Nacional Republicana, da Direção Geral da Autoridade Marítima e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Estas iniciativas tiveram como objetivo permitir que as entidades envolvidas possam, depois da fase inicial de formação de formadores/as, repercutir a mesma em forma de “cascata” aos seus operacionais no terreno, criando uma forma *standard* de sinalização de eventuais casos de TSH.

Ao nível da Associação para o Planeamento da Família (APF), a Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) de Lisboa dinamizou 3 ações de (In)Formação sobre TSH (4h) para 59 profissionais da PSP de Corroios, Seixal e Setúbal (6 Mulheres e 53 Homens).

Foram ministradas 5 ações de formação específica dos/as inspetores/as de fronteiras para o combate ao Tráfico de Seres Humanos, com base no manual da Agência Europeia de Fronteiras – Frontex, no âmbito da competência da Unidade Anti Tráfico de Pessoas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Estas ações de formação foram integradas no plano de formação contínua do Serviço do Estrangeiros e Fronteiras, estando já agendadas as ações a ministrar no decurso do ano de 2016. Durante 2015,

as ações de formação sobre tráfico de seres humanos específicas para inspetores/as de fronteira decorreram em diversos postos fronteiriços.²

O OTSH, em conjunto com a Equipa Multidisciplinar Especializada de Lisboa, realizou uma Ação de Formação/Sensibilização a técnicos/as do Serviço Jesuíta para os Refugiados (Lisboa).

No âmbito do projeto Briseida (da APAV), foram realizadas duas ações de formação sobre Tráfico de Seres Humanos para fins de exploração laboral, com 7 horas de duração cada, destinadas a profissionais, com a colaboração do Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Um das ações teve lugar em Lisboa no dia 24 de março e contou com 26 participantes. A segunda ação decorreu em Faro e contou com 37 participantes.

- **Medida 8 – Promover a formação em igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas, incluindo violência sexual, violência de género e tráfico de seres humanos, das forças armadas e forças de segurança e da área da justiça nomeados para missões internacionais de construção e manutenção de paz e segurança.**

Na Marinha, é ministrada formação/sensibilização específica em perspetiva de género, respeitante ao aspeto social da missão (Anexo B do Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 33/11, de 11 de maio).

Em 2015, 27 militares do sexo masculino e 5 militares do sexo feminino cumpriram o aprontamento, conforme estipulado no Anexo B do Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 33/11, de 11 de maio. Igualmente, houve a participação de 2 militares (1 Oficial e 1 sargento, ambos do sexo masculino) no Seminário Internacional Novos (Velhos?) Desafios no Combate ao Tráfico de Seres Humanos, nos dias 25 e 26 de junho.

² 21 e 22 de maio – Aeroporto de Lisboa; 25 e 28 de setembro – Aeroporto de Lisboa; 29 e 30 de outubro – Direção Regional do Algarve; 23 e 24 de novembro – Aeroporto do Porto; 10 e 11 de dezembro – Aeroporto do Funchal.

Foi ministrada formação a 177 militares, que integraram Forças Nacionais Destacadas (FND), dos/as quais 11 eram do sexo feminino.

No âmbito CEPOL, realizou-se na *German Police University*, em Munster – Alemanha, uma formação sobre os Direitos Humanos e o Policiamento nas missões no âmbito da gestão civil de crises, em que participou um formando, oficial, do sexo masculino.

Decorreu uma assessoria de carácter anual à Polícia Judiciária de Cabo Verde, integrando, entre outras, a dimensão dos direitos humanos e com uma forte componente formativa. Para este efeito, esteve destacado em Cabo Verde um Inspetor Chefe da Polícia Judiciária portuguesa.

- **Medida 9 – Promover o intercâmbio e divulgação das experiências vividas entre elementos destacados em missões de manutenção e construção da paz e segurança.**

Foi efetuado um *debriefing* das missões do 8.º Contingente Nacional no Afeganistão e do 1BIPara no Kosovo, missões que ocorreram durante o ano de 2014.

A GNR promoveu 6 ações, tendo com participantes 77 oficiais e 117 sargentos (22 Mulheres e 172 Homens).

A Escola da Guarda (GNR) organizou 4 ações sobre “Organização da GNR nas Operações de Apoio à Paz” e 2 ações sobre “Cooperação Policial Internacional”.

A Academia Militar realizou uma ação, destinada a 39 cadetes (2 Mulheres e 37 Homens).

No âmbito da Unidade Curricular de Sistema de Armas da GNR (3º ano CFO) e Tiro, foi desenvolvida uma sessão destinada às missões internacionais. Na sessão, participaram 4 formadores (Oficiais da GNR), que estiveram presentes em diversos Teatros de Operações (Timor, Iraque, Afeganistão, Bósnia), visando promover o intercâmbio e divulgação das experiências vividas nas diferentes missões.

- **Medida 10 – Elaborar relatório sobre a participação das mulheres das forças armadas em missões de paz entre 2008/2013 e promover a divulgação dos resultados.**

Esta atividade está a ser desenvolvida pelo MDN/Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, com o apoio dos Ramos. Os dados estatísticos foram enviados e os inquéritos foram alterados de acordo com o contributo dos Ramos. A aplicação dos questionários foi concluída, estando o tratamento informático dos dados em curso.

- **Medida 11 – Elaboração de um Código de Conduta para pessoal envolvido na gestão de crises e em operações de paz bem como os respetivos mecanismos de monitorização.**

O EMGFA encontra-se a colaborar com os Ramos na elaboração do Código de Conduta.

Área estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal

- **Medida 12 – Integrar a temática «mulheres, paz e segurança» nas ações de cooperação técnico-militar bilateral e multilateral.**

Relativamente à formação ministrada no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), o corpo docente está sensibilizado e é conhecedor desta temática. Assim, designadamente nos cursos que incluem oficiais de países onde se prosseguem ações de CTM, e cuja aprovação dos planos de curso recai sobre as autoridades militares portuguesas, estas temáticas são abordadas. A título de exemplo, os planos dos cursos de promoção a oficial superior dedicam dois tempos escolares às questões de género e da RCSNU 1325. O mesmo sucede no Curso de Estudos Africanos: no módulo História de África, a conferência “Tradição e modernidade em África” e no módulo Prevenção e Gestão de Conflitos em África, a Conferência “A intervenção humanitária e a responsabilidade de proteger”, incluem referências à temática referida.

- **Medida 13 – Incluir a temática «mulheres, paz e segurança» na cooperação jurídica e judiciária com outros Estados, nomeadamente com vista à implementação da Resolução 2106, do CSNU.**

Decorreu uma visita a Portugal do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais de São Tomé e Príncipe, entre 9 e 16 de maio de 2015, com vista à partilha de boas práticas no quadro da cooperação técnico-jurídica. Esta atividade também concorre para a execução da medida 14.

Teve lugar, a 22 e 23 de junho de 2015, em Díli, Timor-Leste, a XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, na qual participou, em representação do Estado Português, o Secretário de Estado da Justiça. Portugal, que havia assumido a Presidência da Conferência, aquando da XIII Conferência, ocorrida em Lisboa, em maio de 2013, transmitiu a Presidência para Timor-Leste, Estado que a assumirá durante o próximo biénio. A Secretária-Geral da Conferência durante a Presidência Portuguesa, a Diretora-Geral da Política de Justiça, teve oportunidade de apresentar aos Ministros o Relatório de Atividades da Presidência de Portugal, unanimemente louvado pelos representantes ministeriais. No final deste encontro, os Ministros da Justiça assinaram a Declaração de Díli sobre a Proteção Internacional das Crianças no Espaço da CPLP e o respetivo Plano de Ação, que se pretende que seja o instrumento jurídico de referência dos Estados-membros nesta matéria fundamental, e que norteará os futuros trabalhos da Conferência.

Entre 16 e 21 de junho de 2015, uma Delegação do Ministério do Interior da República de Moçambique esteve em visita a Portugal, no âmbito da criação de um Observatório da Criminalidade, com vista à partilha de boas práticas no quadro da cooperação técnico-jurídica. Esta atividade também concorre para a execução da medida 14.

Decorreu, em 2015, uma assessoria técnica, de carácter anual, à Polícia Judiciária de Cabo Verde integrando, entre outras, a dimensão dos direitos humanos e com uma forte componente formativa. Para este efeito esteve destacado em Cabo Verde um Inspetor Chefe da Polícia Judiciária portuguesa.

- **Medida 14 – Integrar as questões de género e da violência contra mulheres e raparigas, incluindo a violência doméstica, as práticas tradicionais nefastas e o tráfico de seres humanos, bem como as questões da necessidade de proteção das vítimas e punição dos/as agressores/as, no quadro da cooperação técnico-jurídica com os ministérios da justiça, tribunais e órgãos de investigação criminal, dos países parceiros.**

Decorreu, em 2015, uma assessoria de carácter anual à Polícia Judiciária de Cabo Verde integrando, entre outras, a dimensão dos direitos humanos e com uma forte componente formativa. Para este efeito, foi destacado para Cabo Verde um Inspetor Chefe da Polícia Judiciária portuguesa.

Teve lugar um encontro bilateral entre a Ministra da Justiça de Portugal e a Ministra da Justiça da Guiné Bissau, a 30 de abril de 2015, visando a discussão da cooperação entre os dois Estados, com incidência na assistência técnica à reestruturação e informatização dos Serviços Centrais, na assistência técnica aos Serviços de Identificação Civil, Registos e Notariado, na assistência técnica à Direção da Polícia Judiciária, na reconstituição do grupo de trabalho para as reformas legislativas e em atividades de formação.

Decorreu uma visita a Portugal do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais de São Tomé e Príncipe, de 9 a 16 de maio de 2015, com vista à partilha de boas práticas no quadro da cooperação técnico-jurídica. Esta atividade também concorre para a execução da medida 13.

Decorreu uma visita a Portugal, entre 16 e 21 de junho de 2015, de uma Delegação do Ministério do Interior da República de Moçambique, no âmbito da criação de um Observatório da Criminalidade, com vista à partilha de boas práticas no quadro da cooperação técnico-jurídica. Esta atividade também concorre para a execução da medida 13.

- **Medida 15 – Promover a integração da temática “mulheres paz e segurança” nos documentos das Nações Unidas, UE, CPLP, OSCE e OTAN.**

No Quadro das NU:

No início de 2015, Portugal enviou um contributo para o Estudo Global sobre a Implementação da RCSNU 1325, que seria publicado por ocasião do 15º aniversário da aprovação desta resolução.

No decorrer da 59ª sessão da Comissão do Estatuto da Mulher do ECOSOC (março), Portugal procurou dar destaque à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. Esta participação traduziu-se, designadamente, na organização do *side event* “Violence against women and their children: integrated responses to its prevention and elimination”, com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Portugal participou ativamente no Debate aberto do Conselho de Segurança sobre Violência Sexual em Conflito, que teve lugar em 15 de abril de 2015, tendo proferido uma intervenção em que se

realçou a importância de promover a igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas para eliminar as causas profundas da violência sexual e de combater a impunidade.

Portugal copatrocinou a resolução sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflito, aprovada pela Assembleia Geral em 19 de junho de 2015. Esta Informação foi também divulgada através do *Facebook* da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Portugal participou, ainda, no debate aberto anual do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que decorreu em Nova Iorque, no dia 13 de outubro. Neste debate, marcado pelo 15º aniversário da RCSNU 1325 e pela apresentação do Estudo Global sobre a implementação da RCSNU 1325, Portugal interveio, apresentando compromissos em linha com as ações estabelecidas no II PNA 1325, tendo sido um dos Estados que copatrocinou a resolução do Conselho de Segurança 2242/2015, então adotada.

Portugal pugnou, ativamente, nos *fora* internacionais, nomeadamente no Conselho de Direitos Humanos, na 3ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, pela inclusão de referências à RCSNU 1325 e à violência sexual em conflito nas resoluções e declarações relevantes:

- Na 29ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH), que teve lugar entre os dias 15 de junho e 3 de julho, Portugal subscreveu a Declaração sobre o 15º Aniversário da RCSNU 1325.
- Ainda na 29ª sessão do CDH, Portugal copatrocinou a resolução de iniciativa da Colômbia e do México sobre Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres, bem como a Resolução Canadense sobre Violência contra as Mulheres, ambas adotadas por consenso. Portugal pugnou pela inclusão de uma referência explícita à RCSNU 1325 na Resolução do Canadá, o que, contudo, não foi possível, apesar de ficarem referências às resoluções relevantes do Conselho de Segurança.
- Na 3ª Comissão da 70ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que decorreu entre outubro e novembro de 2015, Portugal pugnou ativamente pela inclusão de referências à temática das “mulheres, paz e segurança” nas resoluções relevantes que foram adotadas, nomeadamente a resolução sobre “o seguimento da quarta Conferência Global sobre Mulheres e a Implementação Completa da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e do seguimento da 23ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas” e a resolução sobre “the Girl Child”, ambas adotadas por consenso, e que Portugal copatrocinou.

No Quadro da OSCE:

No âmbito da Reunião de Implementação da Dimensão Humana da OSCE – a principal reunião anual da Organização nas áreas de Direitos Humanos e Estado de Direito –, que teve lugar entre 21 de setembro e 2 de outubro de 2015, Portugal contribuiu ativamente para os trabalhos, nomeadamente na sessão dedicada ao tráfico de seres humanos, onde deu conta dos progressos registados naquela área e apresentou o sistema de monitorização desenvolvido pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Assumiu ainda a função de relator na sessão dedicada às instituições democráticas.

Participou também na sessão de trabalho dedicada à “Tolerância e Não Discriminação”, que incluiu discussões sobre (i) a igualdade de oportunidades para homens e mulheres em todas as esferas, incluindo através da implementação do Plano de Ação da OSCE para a Promoção da Igualdade de Género e (ii) a prevenção da violência contra as mulheres.

Em 2015, iniciaram-se as discussões no seio da OSCE para o desenvolvimento de uma Adenda ao Plano de Ação da OSCE de 2004 para a Promoção da Igualdade de Género – o principal documento da OSCE que guia a política de igualdade de género da Organização e dos seus 57 Estados participantes –, tal como previsto na Decisão Ministerial N.º 8, adotada no Conselho Ministerial de Basileia de dezembro 2014. Portugal participou ativamente neste exercício, nomeadamente no seio do grupo UE, que aprovou as suas prioridades para a revisão do referido Plano, e defendeu ativamente um projeto de Decisão Ministerial sobre esta matéria a ser aprovado em Belgrado (dezembro de 2015).

Portugal deu igualmente o seu contributo para as intervenções da UE noutras reuniões da OSCE sobre o tema, com destaque para a reunião do Fórum para a Segurança e Cooperação de 3 de junho, que abordou a implementação da RCSNU 1325 no universo da Organização, e a reunião do Grupo de Trabalho Informal da OSCE sobre Questões de Género, realizada em Viena, em 5 de junho.

No Quadro da UE:

Portugal promoveu sistematicamente a integração de uma perspetiva de género e sobre mulheres, paz e segurança, participando ativamente nas discussões em curso, nomeadamente no grupo de trabalho do Conselho de Ministros sobre Direitos Humanos, no Comité Político e de Segurança, no Comité dos Aspetos Cívicos da Gestão de Crises da UE e no Grupo Político-Militar.

Destaca-se, neste âmbito, a preparação do Plano de Ação da União Europeia para os Direitos Humanos e Democracia (2015-2019).

Na reunião do Comité Político e de Segurança (COPS), de 26 de novembro, na qual participou a Conselheira Principal do Serviço Europeu de Ação Externa em questões de Género e de aplicação da RCSNU 1325, Portugal reiterou a importância de “*mainstreaming*” das questões de género no planeamento das missões CSPD, bem como o aumento da participação de mulheres nestas missões.

Participou, também, na preparação dos compromissos assumidos pela União Europeia, durante o debate aberto anual do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que decorreu em Nova Iorque, no dia 13 de outubro, sobre implementação da Resolução 1325.

No que respeita a compromissos assumidos no quadro das Nações Unidas, cumpre, ainda, destacar o contributo de Portugal para os compromissos apresentados pela EU durante a Reunião de Líderes Globais sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, que teve lugar no dia 27 de setembro, nas Nações Unidas, em Nova Iorque.

- **Medida 16 – Participar ativamente na *task force* da UE para a implementação da RCSNU 1325.**

O MNE divulga e participa nas reuniões da *task force* da UE para a implementação da RCSNU 1325, tendo circulado os respetivos relatórios ao GT de acompanhamento do II PNA 1325.

Fez circular, também, informação e convites relativos a eventos de natureza diversa sobre esta temática como, por exemplo, cursos.

- **Medida 17 – Promover os objetivos da RCSNU 1325 nas missões de PCSD da UE, nomeadamente o aumento da participação de mulheres, a formação sobre a RCSNU 1325, incluindo sobre a violência sexual em situações de conflito, sobre VIH/SIDA e saúde das mulheres.**

O MNE tem defendido a integração de uma perspetiva de género nas missões civis e operações militares da PCSD e promoveu a inclusão das questões de género nos relatórios e restante documentação, a apresentar pelas missões e operações.

- **Medida 18 – Formular recomendações a outros Estados sobre a implementação da RCSNU 1325 nas declarações nacionais no âmbito do Exame Periódico Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.**

No âmbito das sessões do Exame Periódico Universal (UPR), no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que decorreram em 2015, Portugal recomendou, aos Estados que ainda não o tivessem feito, a criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança segundo a RCSNU 1325.

- **Medida 19 – Contribuir regularmente para os Indicadores das Nações Unidas para Monitorizar a Implementação da RCSNU 1325.**

O MNE mantém uma política de contribuição regular, e atempada, respondendo aos questionários e pedidos de informação das Nações Unidas, incluindo sobre a implementação da RCSNU 1325.

- **Medida 20 – Apoiar o reforço da participação das mulheres, raparigas e meninas e a defesa dos seus direitos humanos, poder e influência nos projetos de cooperação para o desenvolvimento.**

A Igualdade de Género constituiu um princípio orientador em todas as políticas setoriais de cooperação para o desenvolvimento.

A transversalidade é assumida na preparação e execução dos Programas e projetos apoiados pelo Camões Instituto da Cooperação e da Língua, IP (CICL).

O valor global da APD portuguesa que concorre para a promoção da igualdade de género correspondeu, em 2015, a 43 milhões de euros (montantes previstos indicativos, uma vez que os dados finais de 2015 estarão apenas disponíveis em julho de 2016). Corresponde aos projetos

classificados com o Marcador Igualdade de Género, de acordo com as regras de notificação estatística do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD/OCDE), que identifica os projetos, que tenham como objetivo principal ou significativo promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres ou reduzir a discriminação e desigualdades baseadas no sexo.

Várias ações foram empreendidas pelo CICL:

- 1) Protocolo de CICL/FNUAP - Projeto de Combate aos Casamentos Precoces na Guiné-Bissau, tendo o CICL co-financiado com €50 mil;
- 2) Protocolo MAP - Mozambique and Angola Project - Formação e Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário: Capacitação das organizações e movimentos locais de Angola e Moçambique, segundo a metodologia do *Training for Transformation* (TfT), de modo a potenciar a sua intervenção junto das comunidades. Promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades locais, reforçando, em particular, o grau de liderança das mulheres;
- 3) Formação de Formadores sobre combate ao Tráfico de Seres Humanos para profissionais do sistema de Justiça Penal.

Área estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática “mulheres, paz e segurança”, e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade

- **Medida 21 – Divulgar o II PNA 1325.**

O II PNA 1325, nas suas versões em língua portuguesa e inglesa, foi circulado por todas as Embaixadas acreditadas em Portugal e transmitido às Missões e Representações Nacionais, junto das Organizações Internacionais relevantes (União Europeia, Conselho da Europa, Organização das Nações Unidas, Organização do Tratado do Atlântico Norte e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), para ser divulgado.

A DGPJ/MJ lançou, em julho de 2015, uma área temática no seu sítio *web* dedicada à igualdade. Está inserida, nesta área, uma pasta específica intitulada “Mulheres, Paz e Segurança”, onde é divulgado o II PNA 1325, bem como documentos estratégicos relativos a esta matéria.

<http://www.dgpi.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/informacao-para-a>

- **Medida 22 – Incluir o tema “mulheres, paz e segurança” nos cursos ministrados pelo IDN e IESM.**

Verificou-se a inclusão da temática na programação anual de conferências do Curso de Defesa Nacional.

A temática é igualmente incluída nos conteúdos dos cursos ministrados pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), quando aplicável. Foi apresentado, no Curso de Estado-Maior Conjunto, um trabalho de investigação individual, com o tema “A integração da perspetiva de género nas operações militares – vantagens e desafios a ultrapassar”.

- **Medida 23 – Gerir e atualizar a página web sobre mulheres, paz e segurança.**

A CIG gere e atualiza permanentemente a página sobre mulheres, paz e segurança³.

- **Medida 24 – Realizar debates sobre a temática “mulheres paz e segurança”.**

No dia 25 de Novembro, Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género organizou, no Instituto de Defesa Nacional, uma conferência intitulada “A Violência contra as Mulheres em conflitos armados”. Pretendeu-se promover um debate sobre as diversas formas de violência a que as mulheres e raparigas estão sujeitas em cenários de conflitos armados, tais como a violência sexual, prostituição, tráfico de seres humanos, entre outras.

- **Medida 25 – Divulgar documentos e orientações internacionais em matéria de mulheres, paz e segurança.**

O MNE divulga regularmente informação e orientações sobre assuntos de Mulheres, Paz e Segurança. Neste âmbito, destaca-se a publicação e divulgação do Estudo Global sobre a implementação da RCSNU 1325, apresentado no dia 13 de outubro, em Nova Iorque.

Destaca-se, ainda, a divulgação, pelo CICL, da “Agenda Ação de Adis Abeba” sobre o Financiamento do Desenvolvimento e a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, os quais consistem em dois documentos que contêm orientações muito precisas em matéria de género, que terão de ser cumpridas por todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento.

A DGPJ/MJ lançou, em julho de 2015, uma área temática no seu sítio web dedicada à Igualdade. Está inserida, nesta área, uma pasta específica intitulada “Mulheres, Paz e Segurança”, onde é divulgado o II PNA 1325, bem como documentos estratégicos relativos a esta matéria.

³ <https://www.facebook.com/MulheresPazESeguranca>

<http://www.dgpi.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/informacao-para-a>

- **26. Promover ações de sensibilização em questões de saúde e direitos humanos, incluindo sobre violência sexual e violência de género, de acordo com os objetivos do plano, aos/às alunos/as do ensino superior.**

Foram ministrados, na Academia Militar, a um efetivo de 245 alunos (227 Homens e 18 Mulheres), dois módulos de formação criados para o efeito: Conceitos gerais e legislação sobre género e Formação profissional e comportamental sobre violência do género.

Foram realizadas, neste âmbito, pelo Centro de Saúde da Base Aérea n.º 1 (Sintra), durante o ano de 2015, 3 ações de sensibilização a discentes da Academia da Força Aérea nas seguintes datas: 14 de outubro, 18 de novembro e 9 de dezembro.

Área estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018)

- **Medida 27 - Promover reuniões com representantes da sociedade civil para implementação, acompanhamento e avaliação do II PNA 1325.**

Foi realizada uma reunião com representantes da sociedade civil no dia 7 de julho.

- **Medida 28 - Cooperar com as organizações da sociedade civil no intercâmbio de competências no âmbito dos assuntos de género, nos teatros de operações e missões internacionais de manutenção da paz, gestão civil de crises e gestão de emergência no domínio da proteção civil.**

O Exército está a preparar o estabelecimento de ligação e intercâmbio com uma ONG, no terreno.

- **Medida 29 – Apoiar projetos de cooperação promovidos por organizações da sociedade civil, no âmbito de intervenção do plano.**

O CICL apoia quatro projetos em fase de implementação em Moçambique (Projeto Muthiyana = Ser Mulher, executado pela ONG Leigos para o Desenvolvimento), Honduras, Guatemala e Nicarágua (Projeto Mulheres Seropositivas Centro-Americanas a Promover Paz e uma Vida sem Violência, executado pela OIKOS), Guiné-Bissau (Projeto Anhacanau Adjanhau – A Mulher Líder na Gestão Comunitária dos Serviços de Saúde Materno-Infantil, executado pela ONGD VIDA) e Moçambique e Angola (Projeto MAP - *Mozambique and Angola Project* - Formação e Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário, executado pela ONGD Graal).

1 - Projecto Muthiyana = Ser Mulher

Duração – 2013-2015.

Custo global – 71 804€; Financiamento CICL – 47 968€.

Objetivos: Implementar programa formativo de desenvolvimento pessoal com vista à introdução de mudanças efetivas na vida de 70 mulheres e seus agregados familiares; capacitar profissionalmente 70 mulheres em artes e ofícios e disponibilizar orientação e acompanhamento vocacional; dinamizar atividades de sensibilização pública sobre questões de género a partir do Espaço Muthiyana - Centro de Formação e Acompanhamento; incentivar e acompanhar a criação e implementação de atividades geradoras de rendimento; Criar Espaço Muthiyana - Centro de Formação e Acompanhamento como centro especializado em questões de género e como garante de sustentabilidade das ações criadas pelo projeto.

Grupo-alvo: 70 mulheres adultas; 100 raparigas em idade escolar; 10 mulheres formadoras; 300 pessoas de comunidades em Cuamba; 235 membros dos agregados familiares das formandas; 20 funcionários de empresas; 20 líderes estatais e da sociedade civil.

Projeto Mulheres Seropositivas Centro-Americanas a Promover Paz e uma Vida sem Violência

Duração – 2014-2017.

Custo global – 587 785€; Financiamento CICL – 148 551€.

Objetivo: Melhorar a situação social e jurídica das mulheres com o VIH em 3 países centro-americanos.

Grupo-alvo:

Beneficiários diretos: 180 mulheres afrodescendentes com VIH;

Beneficiários indiretos: 220 homens, companheiros e filhas das mulheres com VIH; 45 jornalistas e comunicadores sociais; 4 organizações de mulheres seropositivas; 6 organizações feministas com trabalho em violência contra a mulher; 30 operadores de justiça; 76000 beneficiários indiretos potenciais através de atividades de informação e replicação.

Projeto Anhacanau Adjanhau – A Mulher Líder na Gestão Comunitária dos Serviços de Saúde Materno-Infantil

Duração – 2014-2016.

Custo Global – 380.820,9€; Financiamento CICL: 218.660,66€.

Objetivo: Contribuir para a redução das taxas de mortalidade materno-infantil nas AS de S. Domingos, Suzana e Varela.

Grupo-alvo: As mulheres em idade fértil e crianças com menos de 5 anos: 4.350 e 6.630 respetivamente; Técnicos de saúde das AS de S. Domingos, Suzana e Varela: 10; Agentes de Saúde Comunitária de São Domingos, Suzana e Varela: 81; Elementos da direção regional de saúde: 7; População de Suzana e Varela: 9.155 e 10.601.

Projeto MAP - *Mozambique and Angola Project* - Formação e Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário

Duração: 2013–2016.

Custo Global: 277.412,80€; Cofinanciamento CICL: 67.759,98€.

Objetivos: Capacitar organizações e movimentos locais de Angola e Moçambique, segundo a metodologia do *Training for Transformation* (TfT), de modo a potenciar a sua intervenção junto das comunidades; Promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades locais, reforçando, em particular, o grau de liderança das mulheres.

Grupo- Alvo:

Beneficiários Diretos em Angola. 80 Membros e/ou técnicos de organizações e movimentos, em que 75% são mulheres e 25% são homens:

- 10 da PROMAICA do Luena e 15 membros da PROMAICA do Saurimo e Dundo, em que 100% são mulheres.
- 5 da Comissão Justiça e Paz Diocesana do Luena e 5 membros da Comissão Justiça e Paz Diocesana do Saurimo e do Dundo, em que 50% são mulheres;
- 15 de organizações e instituições civis do Luena, em que 60% são mulheres;
- 10 de organizações e instituições civis do Saurimo e Dundo, em que 70% são mulheres;

Beneficiários Directos em Moçambique: 100 Técnicos e/ou membros de organizações e movimentos, em que 50% são mulheres e 50% são homens:

- 30 da Comissão Diocesana Justiça e Paz da Beira e de Maputo, em que 50% são mulheres e 50% são homens;
- 30 do Fórum Mulher de Moçambique (Plataforma das ONG e Organizações de Mulheres de Maputo), em que 100% são mulheres;
- 30 Caritas Diocesana de Maputo e da Beira, em que 70% são mulheres e 30% são homens.

- 10 de organizações e instituições da sociedade civil da Beira e de Maputo (exs. organização ESTAMOS, Igreja Metodista, CLED-ADEL, etc.) em que 60% são mulheres e 40% são homens.

Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

O presente documento constitui um balanço da implementação do II PNA 1325, durante o ano de 2015.

Das 29 medidas previstas para 2015, todas tiveram execução, correspondendo a 100%, o que se pode considerar globalmente positivo. Este facto reflete o empenho e o compromisso dos vários setores envolvidos, nestas matérias, na sua plena execução. Efetivamente, com a implementação do I PNA 1325 (2009-2014), as questões “mulheres, paz e segurança” foram sendo progressivamente integradas e incorporadas pelos e pelas profissionais dos vários setores, maioritariamente associadas aos processos de operacionalização, sendo esta uma preocupação que está hoje presente no quotidiano das organizações e faz parte do desenvolvimento das agendas nacional e internacional.

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2015 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2015	Percentagem de medidas executadas em 2015
Área Estratégica 1	6	6	6	100%
Área Estratégica 2	5	5	5	100%
Área Estratégica 3	9	9	9	100%
Área Estratégica 4	6	6	6	100%
Área Estratégica 5	3	3	3	100%
TOTAL	29	29	29	100%

Siglas Utilizadas

- AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas
- CICL** – Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P
- CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DGAI** – Direção-Geral de Administração Interna
- DGPJ** – Direção-Geral de Políticas de Justiça
- DGRSP** - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- FS** – Forças de Segurança
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- INML** – Instituto Nacional de Medicina Legal
- MAI** - Ministério da Administração Interna
- MDN** - Ministério da Defesa Nacional
- MJ** - Ministério da Justiça
- MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros
- ONG** – Organizações Não Governamentais
- PCM** - Presidência do Conselho de Ministros
- PGR** – Procuradoria-Geral da República
- PJ** – Polícia Judiciária
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- RCSNU** – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- RCM** – Resolução do Conselho de Ministros
- SEAPI** – Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade